

MAQUIAVEL, RETÓRICA E POLÍTICA

Patrícia Fontoura Aranovich¹

Resumo: O objetivo do artigo é discutir a importância e a valorização da retórica no renascimento e a natureza da relação que se estabeleceu entre retórica e política no pensamento republicano renascentista e, em especial, na obra de Maquiavel. Procura-se mostrar o estreito vínculo entre a filosofia, a retórica e a política, seguido de uma breve exposição a respeito dos gêneros retóricos e da preeminência, do gênero deliberativo sobre os outros gêneros. A relação entre retórica e política na renascença será considerada a partir da análise de dois discursos deliberativos, o primeiro retirado da História do povo florentino de Leonardo Bruni, o outro é extraído da *História de Florença* de Maquiavel. A análise deverá expor não apenas o vínculo estreito entre retórica e política em Bruni e Maquiavel, mas também que, precisamente por causa deste vínculo, que os discursos analisados manifestam concepções distintas de república.

Palavras-chave: retórica – renascimento – política – filosofia – república

A retórica e, principalmente, a retórica de Cícero está na base da formação de Florença, fato que é reconhecido não apenas por uma camada restrita da sociedade, mas difundido como um bem comum aos cidadãos florentinos. Podemos constatar isso no comentário feito por Giovanni Villani, mercador e cronista que escreve, a partir de 1300, sua longa narrativa da cidade desde seu princípio. Ele anota, entre os acontecimentos de 1293, a morte de Brunetto Latini²:

¹ Professora adjunta do Departamento de Filosofia da EFLCH – UNIFESP; e-mail: patricia.aranovich@unifesp.br

² Brunetto Latini nasceu em Florença por volta de 1220 e morreu em torno de 1294, e participou ativamente da vida política florentina. Foi embaixador junto a Afonso X de Castela e viveu também na França, exilado em razão da derrota dos guelfos em Montaperti (1260), tendo voltado a Florença em 1266. Foi professor de Dante, que o recorda no canto XV do Inferno; escreveu em francês os *Livres du Trésor* (enciclopédia de noções de ciência, história, filosofia, retórica e política); traduziu discursos de Cícero (*Pro Marcello*, *Pro Ligario*, *Pro Deiotaro*); escreveu *Il Favolello*, uma carta em versos dedicada a Rustico Filippi; compôs a Retórica, tradução e comentário dos primeiros dezessete capítulos do *De Inventione* de Cícero, e *Il Tesoretto*, o mais antigo poema didático.

morreu em Florença um valoroso cidadão que teve por nome ser Brunetto Latini, que foi um grande filósofo e foi sumo mestre em retórica, tanto em saber bem dizer como em bem ditar. E foi ele que expôs a Retórica de Tulio [*De inventione*, de Cícero], e fez o bom e útil livro do Tesouro, o Tesouretto e a Chave do Tesouro, e muitos outros livros de filosofia, dos vícios e das virtudes, e foi o ditador de nossa Comuna. Foi homem mundano, mas o mencionamos porque ele foi quem começou e foi mestre dos florentinos no refinamento [fu cominciatore e maestro in digrossare i Fiorentini], em fazê-los desvoltos em falar bem e em saber guiar e reger nossa república segundo a Política³.

O que é ser cidadão, o que é a filosofia, a retórica, a política: encontramos nesse texto tão sucinto todos esses temas figurando claramente e de modo a tornar evidente o estreito vínculo entre eles. Ademais isto vem de uma fonte que não é reconhecida como participante do grupo dos chamados humanistas cívicos que, posteriormente, irá reivindicar o resgate desses saberes. Em rápidas pinceladas, Villani mostra estes saberes como pertencentes à cidade e aos florentinos como um todo. Em seu texto, no conhecimento de como bem governar a república, cumprem funções complementares a retórica e a filosofia moral. A arte retórica, seja ela em sua prática oratória, a eloquência ou o bem falar, ou em seu emprego administrativo, o bom uso da linguagem nas cartas oficiais, que é a atividade dos ditadores⁴. A filosofia moral, pelo conhecimento do útil, do honesto, do vício e da virtude, guia a boa ação política. Assim, aquele que domina esses saberes e os emprega em favor da cidade é, como diz Villani acerca de Brunetto Latini, um valoroso cidadão; e Brunetto, por seu trabalho, recebe o louvor daquele que o reconhece como primeiro mestre dos florentinos⁵. Fica também clara na passagem, a proeminência de Cícero na base desses saberes, tal como reconhecidos pelos

³ VILLANI. *Nuova Cronica*, X, 9.

⁴ SKINNER. *As fundações do pensamento político moderno*. pp.93-95

⁵ A partir deste início de refinamento, a retórica enraizou-se profundamente na cidade, entrelaçando-se com as questões diplomáticas: “Em Florença, a arte da palavra teve em todos os tempos um culto tão generalizado a ponto de parecer quase inverossímil. A doçura da linguagem, a ampla tradição literária e o próprio caráter dos cidadãos, que viveram sempre em meios aos negócios, os solicitavam a serem os oradores oficiais de sua cidade e também de outras repúblicas. Bonifácio VIII recebeu em sua eleição ‘doze embaixadores de doze potentados, e todos eles eram florentinos’. Em 1494, Ludovico, o Mouro, disse que ‘a nação florentina, na língua e na escrita vulgar, ultrapassa todas as outras’. Florença julgou a arte de dizer ‘o ornamento máximo da república’ e deu aos próprios embaixadores o nome de oradores” (Santini, p. 67).

florentinos, e o modo como a exposição do *De Inventione*, de Cícero, por Brunetto Latini é fonte dessa concepção de unidade entre as disciplinas⁶.

Na retórica clássica⁷, apesar das grandes diferenças de concepções e de regras entre diferentes autores, pode-se afirmar que há três gêneros de discurso: o demonstrativo, o judiciário e o deliberativo. Os gêneros podem estar, de algum modo, misturados, ou seja, pode haver componentes de um gênero na composição de um discurso de outro gênero, mas, em termos gerais, a finalidade dos discursos pode ser assinalada nos seguintes termos: o discurso demonstrativo é o gênero utilizado para o elogio ou para reprovação de alguém ou de algo, sua finalidade é o honesto, ou seja, o virtuoso; o discurso judiciário é utilizado para defender ou acusar e sua finalidade é a equidade; o discurso deliberativo é utilizado para aconselhar ou desaconselhar e sua finalidade, para Aristóteles, é a utilidade, para Cícero, a utilidade e a honestidade.

Além disso, pode-se acrescentar que as fontes da competência retórica são os dons naturais, o aprendizado da arte e o exercício; um discurso forjado sem todos esses elementos pode ser persuasivo, mas seu acúmulo eleva a força persuasiva. O conhecimento das regras da oratória é um recurso e também uma arma política. Cumprindo todos os deveres do orador, que são instruir, agradar e emocionar, o discurso deliberativo é capaz de provocar a comoção, exaltar, excitar os ânimos, provocar um movimento na direção apontada pelo orador.

A retórica não tem um domínio próprio ou um assunto propriamente seu. Entretanto, o discurso deliberativo, ainda que possa ter muitas outras aplicações, é considerado, sobretudo, o gênero da discussão política: é utilizado para defender ou atacar uma posição, propor uma conduta ou dissuadir seus concidadãos de tomá-la. Desse modo, o deliberativo é o discurso político por excelência.

Em primeiro lugar, pode-se falar da proeminência do gênero deliberativo sobre os outros, em razão do discurso deliberativo ser o discurso da cidadania e do cidadão que, da perspectiva republicana, é a mais elevada posição humana. Assim, é possível afirmar que, no período da Roma republicana e ainda mais tarde, o discurso deliberativo é considerado o gênero mais importante, estando acima do demonstrativo e do judiciário⁸.

Em segundo lugar, o conteúdo do deliberativo aponta também essa superioridade. O deliberativo utiliza, para defender ou atacar uma posição, as categorias do útil e do honesto.

⁶ Para demonstrar esse ponto seria necessário entrar no comentário de Brunetto Latini a Cícero, o que não seria possível aqui, mas certamente seria uma exposição útil para a compreensão dos fundamentos do pensamento humanista.

⁷ Para apresentar um breve esboço dos gêneros de discurso retórico, utilizarei como fontes da retórica antiga apenas os romanos e, mais especificamente, Cícero.

⁸ QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*, XII.

Útil⁹ é o que é seguro ou vantajoso, enquanto o honesto é o que é feito de acordo com a virtude, em especial a justiça. De acordo com isso, os mestres de retórica preceituam a utilização do útil ou do honesto segundo os argumentos empregados pelo opositor, ou seja, a um discurso fundado na posição virtuosa, contrapõem-se argumentos que apelam à segurança ou vantagem da posição contrária¹⁰.

Caso tomemos o ponto de vista de Cícero – maior expoente da retórica e filosofia moral romana e principal fonte para o conhecimento da retórica na Idade Média e no Renascimento –, independentemente de defendermos uma posição de acordo com sua utilidade ou honestidade, já está dada de antemão a unidade entre o útil e o honesto, ou seja, a coincidência entre aquilo que é conveniente e aquilo que é virtuoso. Em suma, a boa ação é necessariamente uma ação proveitosa, e vice-versa. A ética ou filosofia moral é precisamente o conhecimento do útil e do honesto e a investigação filosófica deve auxiliar essa compreensão. Para Cícero, que adota do estoicismo o princípio de que há uma ordem natural estável que estabelece o lugar que cabe a cada coisa, isto é, uma ordem justa, não pode haver senão a unidade entre o útil e o honesto; apenas pode ser útil o que está de acordo com a ordem e, como esta é justa, isso também será honesto. Além disso, o conhecimento dessa ordem universal, objeto da filosofia moral, é tido como o ápice do conhecimento humano e as outras disciplinas são auxiliares para se alcançar esse conhecimento.

O gênero deliberativo, portanto, ao lidar com essas duas categorias – o útil e o honesto –, é a principal forma do discurso: é o discurso do cidadão da república e o discurso que depende da apreensão da ordem justa. Aquele que o profere é o cidadão sábio que foi capaz de alcançar esse saber. A retórica, neste sentido, alcança o estatuto de unificadora dos saberes humanos ao permitir que sejam expostos, ao menos naquilo que concerne a questão tratada, de modo a serem aceitos e compreendidos por todos da melhor maneira permitir e ao possibilitar, portanto, que esta compreensão seja transformadora ao provocar o consenso sobre a melhor posição a ser tomada, fazendo com que a ordem política da república aproxime-se da ordem justa.

No entanto, é preciso notar que os discursos deliberativos políticos não são apenas os que visam a utilidade da pátria. Ao lado dos discursos de concórdia, há discursos deliberativos que, ainda que busquem a utilidade e a justiça, o fazem promovendo a discórdia e a sedição.

Dos discursos de concórdia, apenas a título de exemplo, podemos tomar como exemplo, um discurso de Agrippa em Tito Lívio, que, na ocasião da revolta da plebe

⁹ Cf. CICERO, *De Officiis*.

¹⁰ No *De Inventione* (II, 157 e seguintes) são três as principais partes: *honestum, utile, junctum*. O *honestum* compreende quatro partes: *prudentia, justitia, fortitudo, temperantia*. A utilidade reside in corpore ou in extraneis rebus. Ao *honestum* e ao *utile* se ligam o que o autor denomina *necessitudo* e *affectio*.

romana que leva à instituição dos Tribunus da plebe, busca acalmar a multidão sublevada. Ele é o mediador e intérprete da reconciliação entre os cidadãos, é o embaixador do senado junto à plebe e é quem reconduziu a plebe a Roma. Seu discurso, muito simples, até mesmo toscano¹¹, indica a utilidade da concórdia ao comparar confronto entre a plebe e o senado ao desacordo entre as partes de um corpo, o que o levaria à morte. Apesar de nele não figurarem de modo refinado os preceitos da arte, é nitidamente um discurso deliberativo por buscar a utilidade da república.

No extremo oposto desse discurso, tanto em refinamento da arte como em objetivo, podemos mencionar um discurso de Catilina, tal como composto por Salústio. Neste discurso, Catilina dirige-se, privadamente, a um grupo de pessoas que considera leais a ele, para motivá-las a prosseguir a conjuração e assumir a autoridade na República. Nele, encontramos os argumentos de utilidade, justiça, honestidade e tudo o que cabe num discurso desse gênero, sem, no entanto, alegar a união da pátria, mas o benefício próprio.

Para passarmos diretamente ao tema da Retórica e Política no Renascimento, analisamos dois discursos deliberativos contidos em duas obras históricas, uma de Leonardo Bruni e outra de Maquiavel¹².

¹¹ TITO LIVIO. *Ab Vrbe Condita*, II, 32.

¹² A utilização de discursos retirados de obras históricas e ficcionais justifica-se por ser essa uma prática corrente tanto na antiguidade como no renascimento, o historiador devia ser capaz de produzir um discurso segundo os preceitos retóricos e esse era um requisito do domínio de seu ofício. O emprego dos discursos nas histórias não é sempre o mesmo, o objetivo geral, no entanto, pode ser considerado como semelhante: evidenciar uma situação; expressar, de um modo não narrativo, as posições, os interesses e as paixões; emitir críticas também, inclusive em casos em que o próprio autor não pode expressá-las diretamente. Eles colocam uma determinada situação em destaque, ornaram a narrativa e a enriquecem. Os discursos feitos pelos generais para encorajar os soldados fornecem ao leitor a compreensão do que está em jogo na guerra e essa mesma compreensão é dada pelos discursos diplomáticos. Além de intervir nos momentos em que os assuntos externos são apresentados, os historiadores, com os mesmos objetivos, também empregam os discursos em situações em que o assunto tratado é interno: mudanças das ordenações, discussões sobre as crises da cidade, desacordos entre os cidadãos etc. Segundo Gilbert, “o instrumento pelo qual os historiadores humanistas interpretavam a motivação psicológica por trás do curso dos eventos possuía uma origem clássica: a inserção de discursos no texto. Os discursos serviam para enfatizar a importância de um evento. Eles eram regularmente colocados na narrativa no início de uma batalha quando cada capitão era descrito enquanto direcionava suas tropas e apresentava as questões pelas quais a guerra seria travada. Os discursos serviam também para indicar ao leitor as alternativas de um dado momento. Eles eram, com frequência, apresentados em pares, um advogando os prós e o outro, os contras de um possível curso de ação. Os historiadores humanistas não estavam preocupados se tais deliberações haviam ocorrido ou não. Uma vez que se acreditava que os discursos nos escritos históricos clássicos haviam sido inventados por seus autores, os humanistas sentiram-se autorizados à mesma prerrogativa”. GILBERT. *Machiavelli and Guicciardini*. p. 211.

Para a exposição do discurso deliberativo da *História do Povo Florentino*, de Leonardo Bruni, tomamos uma situação referente aos assuntos internos da cidade de Florença, especificamente sobre a forma da instauração de garantias da liberdade dos cidadãos, e isso segundo a perspectiva da narrativa.

Para situar este momento, é preciso fazer uma breve apresentação do percurso da comuna florentina, ou seja, da república de Florença a partir do momento em que se torna livre ou autogovernada. Florença é livre de 1115 a 1530, ou seja, por 415 anos. Nos seguintes termos: Florença não pertence a ninguém, não tem um Senhor, não é vassala, não foi tomada pelas armas. Desde o momento em que se torna livre, a comuna de Florença passa pelo processo de progressivo alargamento do grupo dirigente cidadão, sendo o governo pressionado por grupos familiares em ascensão econômica e social que reclamam o direito de ter voz na vida política da cidade. A construção e consolidação da liberdade comunal ocorrem com a instauração dos Ordenamentos de Justiça, em 1293, que são considerados a Magna Carta da nova constituição da comuna florentina e a base teórica de sua constituição até o século XV. Esse processo retira autoridade da nobreza guerreira para concentrá-la nas mãos da burguesia mercantil, pois os Ordenamentos de Justiça foram criados para conter a violência às pessoas e aos bens praticadas pelos nobres, contra os populares e impotentes, tanto no campo como na cidade¹³.

Com relação a esses fatos, Leonardo Bruni compõe um discurso que efetiva a criação dessas novas leis. Ele inicia, no ano de 1291, o relato do processo que leva à reordenação da forma da república de Florença. Depois de uma vitória na guerra, o povo florentino volta-se para a liberdade interna. Ele diz que a plebe (*moltitudine*) era de todos os modos ofendida pela nobreza e que apenas as divisões entre os nobres a defendia da completa servidão.

Giano della Bella entra então em cena, ele o homem que sozinho irá contra essa deformidade da república e a servidão do povo; reforça-se aqui o que se disse antes sobre a relação entre a cidadania e o discurso deliberativo. Giano inicia e justifica sua fala afirmando que, apesar do perigo para si mesmo de falar sobre essa questão, quando a pátria precisa, é dever de um bom cidadão não ter em conta a utilidade própria, mas a utilidade pública. Diante da necessidade, a intervenção política por excelência do cidadão é a fala avisada.

Para os humanistas, a forma mais apropriada da existência humana dá-se pela vida civil e a vida ativa, ou seja, pela participação dos cidadãos nos negócios da república e, em termos

¹³ Segundo a Crônica de Giovanni Villani, alguns bons mercadores e artesãos, entre os quais Giano della Bella, resolveram remediar e reparar essa pestilência instaurando um conselho de magistrados encarregados de reforma legislativa e determinaram leis e estatutos severos contra os grandes e poderosos que exercessem violência contra os populares, redobrando as penas, estendendo a punição aos familiares e dispensando a necessidade de testemunhos. Além disso, retiraram a possibilidade desses nobres de serem escolhidos para a magistratura executiva e para reforçar e assegurar essas determinações aumentaram força militar pública.

ideais, por uma cidadania que coloca a utilidade comum acima da utilidade privada ou partidária, remetendo a concepções estoicas, tais como apresentadas por Cícero. O discurso de Giano della Bella é um discurso da concórdia, ele fala em nome da pátria e da cidade, não em nome de um grupo contra outro. Seu discurso é a defesa da liberdade que está em vias de se perder em razão das ações dos nobres e da paciência do povo em suportá-las. Ele explica, então, no que consiste a liberdade:

A mim parece que a liberdade do povo consista em duas coisas: nas leis e nos juizes. Quando estas duas coisas podem mais na cidade do que alguns cidadãos, então se mantém a liberdade. Mas quando há quem despreza as leis e os juizes sem qualquer punição, então se deve estimar que a liberdade tenha-se perdido¹⁴.

Uma das formas de compreender a liberdade é como a supremacia das ordenações públicas e das autoridades eleitas sobre os interesses e poderes particulares, a idéia de liberdade legada pelo pensamento republicano italiano identifica a verdadeira liberdade como a ausência de dependência da vontade arbitrária de um homem ou de alguns homens. Frente a essa definição, Giano della Bella expõe o quadro da situação atual de Florença e pergunta se se pode a isso chamar de liberdade e afirma a necessidade de livrar-se da servidão:

Digo, pois, que o modo de sair dessa servidão não é muito difícil de conhecer: pois se a ruína das leis é a razão da ruína da liberdade, assim, elevando estas duas coisas, ver-se-á elevar-se a vossa cidade¹⁵.

Ele então estabelece as coisas que devem ser feitas para fortalecer as leis e a liberdade diante das dificuldades de punir os poderosos da cidade. Prevê que haja a proporção entre a força daquele que comete o crime e a pena a que será sujeito e que, em razão do medo das testemunhas e dos magistrados no julgamento de um homem poderoso, que o processo seja simplificado. Além disso, prevê o reforço da autoridade judiciária e o impedimento dos poderosos de ascender aos cargos executivos, mesmo quando cumpridos os requisitos de cidadania.

Giano termina sua oração censurando a demasiada paciência do povo, que o leva a servidão, e instando-os a providenciar aquilo que faria com que recuperassem a liberdade. Nesta parte do discurso – a peroração – ele aponta claramente para o conteúdo clássico do gênero deliberativo, ou seja, para a defesa do útil e do honesto.

¹⁴*História do povo florentino*. 1293.

¹⁵*História do povo florentino*. 1293.

Eu disse as coisas que julgo ser salutares à república e necessárias a vossa liberdade: que, se fossem difíceis e de enorme despesa e trabalho, eu sustentaria que pela **grande utilidade** se devessem fazer, mas sendo fáceis e, pode-se dizer, estando em vossas mãos, quem é tão negligente que prefira servir de modo torpe a ser **honestamente** igual aos outros?¹⁶

Terminado o discurso de Giano della Bella, Bruni conclui:

Desta maneira, rebaixada a potência da nobreza, o governo da república retornou ao povo e Giano della Bella, autor da lei, foi por escolha do povo elevado ao priorato¹⁷.

Portanto, toda a ação está contida no discurso, depois do qual apenas é mencionado que, inflamado, o povo ordenou a lei chamada *ordinamenti di giustizia*, cujo autor é, de fato, Giano della Bella, que assume então o governo da cidade.

Esse encaminhamento dos acontecimentos por parte de Bruni parece implicar uma absoluta eficácia do discurso, ou seja, sua inserção na narrativa não se limita a ser uma explanação da situação para o leitor, a fala torna-se ato não apenas pela concordância dos ouvintes ou pelo fato de tê-los comovido ou encorajado, cumprindo tanto a função persuasiva da retórica pelo ensinamento e pela comoção; na narrativa de Bruni não é possível separar a elaboração dos *Ordenamentos de Justiça* da ação de Giano, pois ambas se concentram em seu discurso, que culmina na adoção da dita ordenação. Essa ordenação, por sua vez, é apresentada como uma solução efetiva que é comprovada pelo imediato relato de uma ação de punição de um crime cometido por um nobre, seguindo o que fora estabelecido.

Bruni, então, estabelece quais são as coisas que devem ser feitas para restaurar a liberdade, justificando-as de acordo com as concepções humanistas: liberdade para falar e para participar dos cargos públicos, igualdade dos cidadãos e autogoverno. A liberdade é condição para a grandeza da cidade, porque é condição para o saber e para a virtude e, em última análise, para se ser homem, pois a vida civil é a verdadeira vida humana.

Neste modelo de história o discurso expressa uma ação transformadora, o que afirma a compreensão da história como um fazer humano. A palavra é ação, pois pela arte retórica revela-se a ação política. E esta história apresenta-se como a representação dessa ação política

¹⁶ *História do povo florentino*, 1293. Grifos meus.

¹⁷ *História do povo florentino*, 1293.

e cidadã que instaura a ordem e a liberdade por meio de uma clara consciência de ambas. Garin assinala:

Verdade, justiça e igualdade: a todos ‘condições iguais e pares’; Bruni, obviamente, transfigura em termos ideais uma situação muito diversa. O que não tira significado àquele ideal, nem atenua o valor de um programa e de uma aspiração. Detrás o virtuosismo literário está uma sincera paixão política, que naqueles mesmos anos leva Bruni a dar à sua ‘retórica’ uma consciente consistência filosófica¹⁸.

No entanto, apesar de ser proferido em nome da pátria e da cidade, o discurso de Giano della Bella também poderia ser tomado como sedicioso, na medida em que instaura a liberdade pela exclusão dos nobres da política. Na leitura de Maquiavel, a construção da liberdade florentina trouxe consigo as razões de sua finitude; a exclusão dos nobres guerreiros e os instrumentos do facciosismo foram necessários para o estabelecimento da autoridade popular, mas criaram as condições da senhoria dos Medici.

O ponto de guinada das possibilidades da república florentina é marcado por Maquiavel, em sua *História de Florença*, pelo tumulto dos *Ciompi*, como eram chamados os trabalhadores submetidos à Arte da Lã, corporação de Ofício extremamente poderosa em Florença. Esse acontecimento remete ao desejo de liberdade e subversão da república tal como fora construída, como a liberdade como independência do arbítrio faz sua aparição nesse episódio. A violenta repressão do Tumulto lança as bases para a instauração do regime oligárquico e é de onde surge a senhoria.

O movimento conhecido pelo nome de Tumulto dos *Ciompi* deve-se, segundo os historiadores¹⁹, à recessão do período de 1370 a 1378, que se segue a uma época pós- peste de relativo bem estar; manifesta-se pelo recuo dos salários reais, por uma progressão do desemprego e também da carga fiscal que, neste contexto recessivo, se tornava mais pesada. A parte mais importante do programa de petições dos *Ciompi* era a reivindicação de direitos políticos e a concessão aos operários assalariados de um quarto de todos os postos no

¹⁸ GARIN. La ‘retorica’ de Leonardo Bruni. In: *Dal Rinascimento al Illuminismo*.

¹⁹ O trabalho de Mollat e Wolff, *Les révolutions populaires en Europe aux XIV^e et XV^e siècles*, oferece uma visão de conjunto sobre as revoltas européias da época. Entre os trabalhos específicos sobre o Tumulto dos Ciompi, a publicação do Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, *Il tumulto dei Ciompi: un momento di storia fiorentina ed europea*, reúne autores com diversas perspectivas sobre este acontecimento, das condições que o originaram às suas conseqüências econômicas, culturais e historiográficas. Um trabalho fundamental sobre o tema é o de Niccolò Rodolico, *I Ciompi, una pagina di storia del proletariato operaio*. E a mais recente pesquisa sobre o tema é de Alessandro Stella, *Le révolte des Ciompi: les hommes, les lieux, le travail*.

governo, com amplos poderes. Tratava-se de conferir aos *Ciompi* os mesmos direitos políticos do *popolo grasso*, e não de eliminar o seu poder. Uma vez que, em Florença, apenas os membros das Artes tinham direitos políticos, estes trabalhadores aspiravam a instituição de artes autônomas para eles. O período do Tumulto dos *Ciompi* se estendeu de julho de 1378, quando se deu o levante armado, a janeiro de 1382, quando da sua derrota final.

Claramente sedicioso, entre outras coisas, por ter como um de seus modelos o discurso de Catilina antes mencionado, o discurso do Ciompo revela diversas similaridades com o discurso de Giano della Bella, fundador do governo popular florentino de 1292, tal como apresentado por Bruni, manifestando as falhas da construção da liberdade florentina ao repetir-se em oposição aos promotores do primeiro.

Em seu exórdio, o orador plebeu parece indicar que será um discurso calcado na utilidade. O orador invoca inicialmente o perigo das ações dos revoltosos:

Se tivéssemos que deliberar agora se as armas deveriam ser tomadas, as casas dos cidadãos queimadas e roubadas, as igrejas despojadas, seria eu um daqueles que julgaria coisa a ser ponderada, e talvez aprovaria que fosse melhor uma tranquila pobreza a um ganho perigoso²⁰.

Em seguida, ainda alegando a utilidade por meio da segurança, ele inverte o argumento:

mas como se tomaram as armas e muitos males se fizeram, parece-me que se tenha de considerar que aquelas não se devam pousar, e de que maneira podemos assegurar-nos contra males como os já cometidos²¹.

Ele narra brevemente a situação e indica os meios a serem utilizados:

Nós devemos, portanto procurar duas coisas e ter em nossas deliberações duas finalidades: uma é não ser nos próximos dias castigados pelas coisas que fizemos, a outra, poder viver com mais liberdade e maior satisfação do que no passado²².

Ele aponta diversos argumentos para fundamentar a proposição e refutar os argumentos contrários, argumentos cujo centro é a afirmação da igualdade entre os homens:

Que não vos desconcerte aquela antiguidade de sangue de que nos cobram a falta, porque todos os homens, tendo tido um mesmo princípio, são igualmente antigos e pela natureza foram criados de um só modo. Fiquemos todos nus, e nos veremos semelhantes, vistamo-nos com as roupas deles e eles

²⁰ MAQUIAVEL. *História de Florença*, III, 13.

²¹ MAQUIAVEL. *História de Florença*, III, 13.

²² MAQUIAVEL. *História de Florença*, III, 13.

com as nossas: nós sem dúvida nobres (*nobili*) e eles não nobres (*ignobili*) pareceremos; porque só a pobreza e as riquezas nos desigalam²³.

Por fim, na última parte do discurso, a longa peroração, o discurso abandona o apelo apenas à utilidade e, ao insistir na necessidade de tomar esse curso de ação e alegar a prudência, a coragem e a justiça das ações, além da segurança e das vantagens a serem alcançadas. Esse discurso deliberativo contempla todas as partes referentes ao gênero, contendo considerações de honesto, de útil e de necessidade e apontando a unidade entre o útil e o honesto, segundo os preceitos de Cícero, o que indica a intenção de Maquiavel de fazer com que a refutação deva ser feita pela contraposição de argumentos e não por invocação de considerações contrárias.

Na conclusão do discurso, é introduzida a ideia de ocasião, tornando claro aquilo que, no final da primeira parte, já estava se esboçando, pois os dois objetivos, evitar a punição e tomar o poder, equivalentes a princípio, adquirem duas naturezas diversas. A necessidade de evitar a punição se transforma em ocasião para a conquista do poder, ou ainda, o tempo oportuno desta conquista é dado pela necessidade presente. No entanto, os dois objetivos continuam sobrepostos, não apenas porque a violência que os alcança é a mesma, mas porque a única forma de evitar a ganância e a injustiça, de modo permanente, é pela inversão da ordem de poder. Se neste caso a punição é uma consequência dos atos recentes, a punição contínua a qual são submetidos se enraíza em sua própria posição na república, uma vez que “levam sempre a pior os que podem menos”²⁴. A solução que eles divisam é tomar o poder e impor aos que neste momento detém o poder o mesmo tratamento que a eles é infligido. A liberdade à qual eles aspiram é a possibilidade de não ser oprimidos por meio da capacidade de oprimir o outro. Não é, portanto, uma solução que equilibra os humores contrários, mas uma inversão de papéis que mantém intactos os termos do conflito.

Ao enunciar que o objetivo é tornar-se “príncipe da cidade” e obter a “ruína do inimigo”, a atitude dos *Ciompi* mostra-se similar à atitude daqueles a quem combatem. Trata-se de um comportamento recorrente e disseminado em Florença. Deste ponto de vista, os *Ciompi* não são particularmente sediciosos, mas seguem uma via na qual Florença já estava há muito tempo.

Assim como para Bruni, para Maquiavel os juízes e as leis são os fundamentos da liberdade, mas a censura que Maquiavel faz à construção da liberdade florentina (ao mesmo tempo à liberdade histórica e à do conceito humanista) diz respeito à necessidade da ampliação da liberdade e reside na avaliação que ela foi forjada pela exclusão dos nobres dos cargos públicos (desejo injurioso), criando os mecanismos de exclusão e o contínuo facciosismo florentino. Para ele, a república apenas pode existir quando a autoridade é dividida

²³ MAQUIAVEL. *História de Florença*, III, 13.

²⁴ MAQUIAVEL. *História de Florença*, III, 13.

entre os que a desejam, seja por si mesma ou por garantia de segurança, e têm força para obtê-la. Se isso for alcançado, a república será livre.

A desunião é causa da ruína das repúblicas na medida em que se exacerba ao ponto em que não há mais acordo possível ou que é negada, em que se busca suprimi-la; ao afirmar a concórdia e a amizade como necessárias para a manutenção da boa ordem, afirma-se a necessidade da supressão do conflito. Para tanto, busca-se eliminar o outro, o contrário, seja por retirar a força do adversário, afastando-o dos assuntos da cidade, seja por expulsá-lo da república. Mas o conflito perpetuamente se recria, em sua forma própria, que é a desunião entre o povo e os grandes, ou na degenerada, que é a divisão da cidade em facções.

Para Maquiavel o povo precisa ter alguma autoridade respaldada por seu poder (força), o que determina uma origem violenta da lei, do comando, da república. A liberdade e a dominação são fruto do desejo, não do conhecimento; essa oposição não pode ser suprimida pelo desejo ou pelo conhecimento. Para que se obtenha o equilíbrio é preciso, em alguma medida, por um lado satisfazer com atribuições de autoridade e, por outro, conter os desejos, o que se obtém pelo império das leis como mecanismo de opressão que os impede de exacerbar-se. Encontramos, deste modo, a contestação da concórdia como recurso de fundação republicana e a aceitação do conflito. A desarmonia em lugar da boa ordem republicana cria outra concepção de ordenação (*virtù ordenata*), pois a forma não antecede a matéria, mas é determinada por ela. Nesse caso, a relação entre vida civil e vida livre permanece, mas a paz precisa ser, permanentemente, restaurada. A idéia de equilíbrio e reequilíbrio de forças e desejos substitui a de concórdia.

Pode-se afirmar que há, de Bruni a Maquiavel, uma contraposição entre conhecimento e desejo na instauração da ordenação. Desta perspectiva, cabe perguntar qual a função do discurso deliberativo para Maquiavel, uma vez que não se trata de expressar o conhecimento da boa ordem, mas o desejo. Ou seja, indagar qual o papel do discurso se o conhecimento expresso pelo discurso não pode ser guia da ordem ou se não existe um conhecimento da boa ordem.

Há uma passagem em especial que indica a importância da capacidade oratória nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, em seu comentário à narrativa de Tito Lívio sobre a revolta da plebe, Maquiavel escreve: *como a plebe não tinha chefes, ninguém ousava responder. E Tito Lívio disse que não lhes faltava matéria para a resposta, mas faltava quem a fizesse*²⁵. Chama atenção nesse trecho a semelhança com modo como Maquiavel apresenta o orador da plebe: apesar de ser um personagem completamente anônimo o ciompo é “*um dos mais ousados e mais experientes*”. Talvez se possa dizer que, assim como a ousadia lhe permite responder, o que a plebe romana não pode realizar; a experiência parece lhe permitir fazer a resposta e fazê-la com todo rigor da arte retórica.

²⁵ MAQUIAVEL. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, I, 44.

Embora não se esteja buscando dar uma resposta definitiva a essa questão, é possível dizer que Maquiavel assinala que, na participação na vida civil, a oratória, ainda que não seja portadora da boa ordem, pode dar forma à matéria dispersa do desejo.

MACHIAVELLI, RHETORIC AND POLITICS

Abstract: The objective of this article is to discuss the importance and the value of rhetoric in the Renaissance and the nature of the relationship established between rhetoric and politics in the Renaissance republican thought and in particular in Machiavelli's work. It attempts to show the close connection between philosophy, rhetoric and politics, followed by a brief presentation of the rhetorical genres and preeminence, the deliberative genre over other genres. The relationship between rhetoric and politics in Renaissance will be considered based on the analysis of two deliberative speeches; the first taken from the *History of the Florentine People*, by Leonardo Bruni, the other is extracted from *History of Florence*, by Machiavelli. The analysis should not only expose the close link between rhetoric and politics in Bruni and in Machiavelli, but also that, precisely because of this bond, the discourses analyzed reveal distinct conceptions of Republic.

Keywords: rhetoric – Renaissance – politics – philosophy – Republic

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO. *Retórica a Herênio*. São Paulo, Hedra, 2005.

BRUNI, Leonardo. *Istoria fiorentina di Leonardo Aretino*, [tradotta in volgare da Donato Acciajuoli; premessovi un Discorso su Leonardo Bruni aretino per C. Monzani]. Firenze, F. Le Monnier, 1861.

CICERO. *De l'invention*. Paris, Garnier Frères, s/d.

CICERO. *Dos deveres*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

CICERO. *De la Republique*. Des Lois. Paris, Garnier Frères, 1954.

LATINI, Brunetto. *La retorica*. In: Biblioteca dei Classici Italiani, www.classicalitaliani.it.

MACHIAVELLI. *Tutte le Opere*. Firenze, Sansoni, 1992.

QUINTILIANO. *Institution Oratorie*. Paris, Garnier Freres, s/d.

VILLANI, Giovanni. *Nuova Cronica*. Fondazione Pietro Bembo/Ugo Guanda. Biblioteca di scrittori italiani, Editore in Parma, 1991.